



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Processo Administrativo: 4484/2021 (impugnação ao edital).

MODALIDADE: PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 030/2021 – Tipo presencial

DATA DA ABERTURA: 15 de junho de 2021

HORÁRIO: 10:00 horas – HORÁRIO DE BRASÍLIA

Processo Licitatório: 2850/2021

Do Objeto: PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS, COM LOCAÇÃO DE ATÉ 14 (QUATORZE) VEÍCULOS E MANUTENÇÃO DE MAIS 02 (DOIS) VEÍCULOS RESERVAS, SENDO UM DO TIPO ÔNIBUS E/OU MICRO-ÔNIBUS E O OUTRO UMA VAN EXECUTIVA, MODELOS RODOVIÁRIOS, DURANTE O PERÍODO LETIVO, NOTURNO E/OU DIURNO PARA O ATENDIMENTO DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO PETU (PROGRAMA ESPECIAL DE TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO), INSTITUÍDO PELA LEI Nº 1.180/05, SEGUINDO OS SEGUINTE ITINERÁRIOS PARA OS ÔNIBUS: (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ X TERESÓPOLIS/RJ X SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ) (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ X PETRÓPOLIS X SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ), PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NOS MOLDES DOS ANEXOS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII DO REFERIDO EDITAL VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO OU TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE.

DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso foi interposto dentro do prazo legal, portanto tempestivo, pela empresa **VIAÇÃO PROGRESSO E TURISMO S/A.**

DO PEDIDO

Em breve resumo, alega a empresa que a impugnação apresenta questões pontuais que viciam o ato convocatório, quer por discreparem do rito estabelecido na lei 8666/93 (com alterações posteriores) e da lei federal nº. 10520/20022, quer por restringirem a competitividade, condição esta essencial para a validade de qualquer procedimento licitatório. Pretende também apontar situações que devem ser esclarecidas, facilitando-se a compreensão de determinadas cláusulas e evitando-se interpretações equivocadas, quais sejam:

3.1 - ESCLARECIMENTO QUANTO AO PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL – questão que necessita ser esclarecida é a referente ao prazo para impugnação ao edital, haja vista a previsão de informações divergentes em seu texto com a Lei de regência. Informo que o Decreto Regulamentador nº. 10.024/2019, informa em seu artigo 24 que qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital de pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores a data fixada para abertura da sessão pública. E que o item 14.4 do edital prevê prazo diferente, solicitando que seja esclarecido o real prazo que as empresas interessadas em participar do certame terão para apresentar suas peças de impugnação ao edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

3.2 – AUSÊNCIA DE ORÇAMENTO ESTIMADO DOS PREÇOS EM PLANILHA D E COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 7.º, § 2.º, INCISO II E ARTIGO 40, § 2.º, INCISO II DA LEI 8666/1993 – Verifica-se que não há no edital e seus anexos, tão pouco no termo de referência, não há referência ao modelo de proposta comercial. A falta de planilha indicativa para apresentação de proposta macula o processo administrativo, pois deixa de indicar o orçamento estimado para a prestação dos serviços. Tal omissão constitui direta violação aos artigos 7.º § 2.º, inciso II e artigo 40, § 2.º, inciso II, todos da Lei 8666/93, aplicáveis por força do artigo 9.º da lei federal n.º 10520/2002. Pela previsão dos referidos artigos, portanto, toda licitação, inclusive de serviços, necessariamente possui como pressuposto de validade a existência de um orçamento estimado em planilha aberta de composição de custos unitários. Continua falando sobre a manilha detalhada de custo e de como essa falta detalhada dos custos inviabiliza a avaliação quanto à compatibilidade dos preços ofertados, informando, ainda que esta planilha de composição detalhada de custos é primordial para que a contratação possa ser efetivada corretamente.

3.3 – DA AUSÊNCIA DO ANEXO I – Anexo I (Relação dos Itens da licitação) – alega a empresa que em relação ao edital, verifica-se a ausência do Anexo I na publicação do Edital em referência, instrumento absolutamente necessário para a precificação dos serviços requeridos através do certame. Informo o item 1.2 do edital e que tal equívoco deve ser corrigido. Fala do Artigo 4º., inc V, da Lei nº. 10520/02 e da reabertura da contagem dos prazos e do Acórdão TCU 930/08 e, ainda, não haverá prejuízo para a Administração em se publicar novamente o Edital contendo efetivamente o Anexo I.

3.4 – DA AUSÊNCIA DE REQUISITOS EXPRESSOS DE CAPACIDADE TÉCNICA – Menciona o item 9.4 do edital que a “DETENTORA estará obrigada a manter-se durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, perante os requisitos de habilitação e qualificação técnica exigidas neste edital”. Contudo não há qualquer especificação de quais requisitos de qualificação técnica expressamente no edital. Alega a empresa que tais requisitos informam sobre a necessidade de um atestado comprovando experiência anterior na execução de serviço de transporte de passageiro e comprova que a empresa tem o mínimo de experiência no ramo, e que tal vício torna nulo o edital, devendo ser publicado novamente com expresse menção clara de quais sejam os requisitos.

Por fim diante do exposto, requer:

- a) Seja recebida a presente impugnação, suspendendo-se o certame até decisão final das matérias (...).
- b) Sejam acolhidas as razões e fundamentos ora apresentados e determinada a anulação do certame, tendo em vista vícios inafastáveis e não passíveis de convalidação;
- c) Caso não seja atendido o pedido na alínea anterior, sejam deferidas as alterações com as devidas correções e com fixação de novos prazos para a apresentação de proposta e impugnações, publicando-se o edital novamente e marcando a sessão para a abertura das propostas para data posterior à solução dos problemas ora apontados.

Requer ainda, caso não corrigido o edital nos pontos ora invocados, seja mantida a irrisignação da ora impugnante, para posterior juízo de anulação por parte da autoridade competente para tanto.

É o relato resumidamente.

DO JULGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Sempre é bom lembrar que o Art. 3º da lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 diz: A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e dos que lhe são correlatos.

Antes de analisarmos e julgarmos a impugnação, necessário se faz enviá-la ao órgão requisitante, neste caso, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, com vistas ao Setor responsável para análise e pronunciamento. O processo licitatório foi devolvido em 22/02/2022 com novo termo de referência anexado.

Ao analisar a solicitação da empresa percebe-se que o pedido de impugnação é procedente em parte, uma vez que os itens 3.1 e 3.2 são procedentes, porém, os itens 3.3 e 3.4 não são procedentes. Analisarei e responderei item a item. Vejamos:

3.1 - ESCLARECIMENTO QUANTO AO PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL – O Decreto Regulamentador n.º 10.024/2019 abrange a administração pública federal, não se aplicando a Municípios, portanto, o Artigo 24 mencionado neste item não é aplicável ao caso em questão, apesar de constar no preâmbulo do referido edital.

Entretanto, no Município o Decreto que regulamenta o Pregão é o n.º 3.251 de 02 de fevereiro de 2021, que diz:

Art. 12 - Qualquer pessoa poderá impugnar o edital do pregão ou solicitar esclarecimentos, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

As alegações da Requerente são pertinentes e corrigidos nos próximos editais, uma vez que no edital em questão o item 14.4 informa 2 (dois) dias úteis anteriores a abertura dos envelopes como prazo de impugnação e o correto é até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública. A título de informação, nos editais atuais estão sendo aceitos pedidos e impugnações e / ou recursos através do e-mail: admlicitriopreto@gmail.com (as solicitações feitas por meio eletrônico só serão efetivadas mediante confirmação de recebimento do e-mail).

3.2 – AUSÊNCIA DE ORÇAMENTO ESTIMADO DOS PREÇOS EM PLANILHA D E COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 7.º, § 2.º, INCISO II E ARTIGO 40, § 2.º, INCISO II DA LEI 8666/1993.

Conforme Lei n.º. 8666/93 no Artigo 7º, § 2.º, II e posteriores modificação, as obras e os serviços somente poderão ser licitados quando existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários, sendo, portanto, procedente a alegação da Requerente. O edital será feito as devidas alterações e republicado.

3.3 – DA AUSÊNCIA DO ANEXO I – Anexo I (Relação dos Itens da licitação).

De acordo com a pasta do licitante, na página da prefeitura <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>, consta o Anexo I (Relação dos Itens da licitação). Este anexo possui sete itens, com a descrição detalhada dos serviços



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

a serem licitados contendo valores unitários e totais para cada item. O item 4.2 informa como deverá ser apresentada este anexo, sendo portanto, improcedente as alegações da Requerente.

3.4 – DA AUSÊNCIA DE REQUISITOS EXPRESSOS DE CAPACIDADE TÉCNICA –

Diz o item 9.4 da Ata de Registro de Preços e não do edital como alegado pela Requerente “A DETENTORA estará obrigada a manter-se durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, perante os requisitos de habilitação e qualificação técnica exigidas neste Edital”. A Ata de Registro de Preços é assinada após todo o procedimento licitatório ser realizado e, neste caso, conforme 12.5 Anexo V (Termo de Referência) não há solicitação de atestado de capacidade técnica. Vale informar que o Termo de Referência é o documento em que o requisitante de forma clara esclarece aquilo que realmente precisa, trazendo a definição do objeto e os demais elementos necessários à sua perfeita contratação e execução. Esta Pregoeira não pode informar o que não foi solicitado. Com isso, não há procedência esta solicitação.

DA DECISÃO

Diante do exposto e por entender que os requisitos e princípios que permeiam os atos da Administração Pública devem ser irrestritamente observados, esta Pregoeira conhece da Impugnação interposta pela empresa **VIAÇÃO PROGRESSO E TURISMO S/A**, julgando-a **PROCEDENTE** para os itens 3.1 e 3.2 e **IMPROCEDENTE** nos itens 3.3 e 3.4, bem como, enviar o presente processo para deliberação ao Exmo. Sr. Prefeito. Informo que o edital em tela será reformulado e expedido novo edital com dia e horários a serem definidos. Dê ciência a empresa, bem como, que a resposta seja publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, 28 de fevereiro de 2022.

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Pregoeira